

HABEAS CORPUS Nº 549.018 - SP (2019/0358626-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : LUCAS HENRIQUE BEPPU
ADVOGADO : LUCAS HENRIQUE BEPPU - SP421451
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO RODRIGO ALAMINOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCIO RODRIGO ALAMINOS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções indeferiu o pleito do paciente de progressão ao regime semiaberto (fl. 65).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 97-106 assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO - Progressão de regime (do fechado para o semiaberto) - Exame criminológico desfavorável - Insuficiência do atestado de bom comportamento carcerário - Requisito subjetivo para a progressão não comprovado - Recurso desprovido."

No presente **habeas corpus**, alega que *"a ausência de fundamentação idônea por parte do d. Magistrado de piso configura evidente desrespeito ao art. 112, da Lei de Execução Penal, que não prevê como requisitos para a obtenção da progressão de regime a observância destas circunstâncias"* (fl. 6).

Aduz que, *"no caso em tela, a motivação denegatória contida no bojo do r. decisório atacado se limita à gravidade genérica dos delitos, ao histórico prisional desfavorável e na longa pena por cumprir, mostrando-se, data venia, claramente inidônea"* (fl. 9).

Assere que a eg. Corte estadual, *"ao negar provimento ao agravo*

defensivo, fez menção ao exame criminológico desfavorável. Entretanto, o referido laudo não deve ser levado em consideração para análise da benesse, haja vista que não condiz com a atual condição do paciente, pois elaborado há muito tempo, em junho de 2015, isto é, há aproximadamente 4 anos" (fl. 10).

Requer, por fim, liminarmente, a suspensão do v. Aresto ora reprochado e, no mérito, pugna pela concessão da ordem "*a fim de se cassar o v. acórdão para o fim de promover o paciente ao regime semiaberto e, subsidiariamente, pleiteia-se pelo afastamento das circunstâncias extralegis para a incidência da benesse, determinando-se seja o pedido reapreciado pelo d. Juízo a quo à luz do art. 112, da Lei de Execução Penal*" (fl. 12).

É o relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator